



Ata da reunião extraordinária de Assembleia Municipal realizada a 23 de janeiro de 2015

Aos vinte e três dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas, realizou-se no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, convocada pela sua Presidente, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1º. Ponto – Proposta de Regulamento Geral de Taxas e Licenças Municipais para 2015
- 2º. Ponto – Acordo de Pagamento com Águas Públicas do Alentejo
- 3º. Ponto – Regulamento Municipal de Abastecimento de Água – Aprovação da versão final
- 4º. Ponto – Regulamento Municipal de Drenagem de Águas Residuais -Aprovação da versão final
- 5º. Ponto-Regulamento Municipal de Gestão de Resíduos Urbanos – Aprovação da versão final
- 6º. Ponto – Proposta de Protocolo de Colaboração para reinstalação de caixa multibanco

Deu início à sessão a Sra. Presidente da Assembleia, desejando a todos os presentes um bom Ano de 2015, em termos pessoais e em termos profissionais, em prol do concelho. Informou de seguida sobre a substituição de membro da mesa da eleita Sandra Cristina Esperança Matias, que estará ausente da sessão por estar de licença de parto, pelo eleito Guilherme Franco.

Procede-se à chamada, tendo-se verificado a presença dos seguintes eleitos:

Alexandre Júlio Vinagre Pirata, António Joaquim da Silva Danado, António Luis Pinto Xavier, António Manuel Bernardo Fitas, Augusto Francisco Rebotim Pascoal, Beatriz Maria Varela Maltês da Visitação, Celeste de Jesus Leirias, Dário Miguel Tregeira Coelho, Duarte Manuel Luz, Guilherme Tomás Cebola de Almeida Franco, Joaquim Alberto Vidigal Galvão, Joaquim Isidoro Miguéns D'Abreu Bastos, José Maria Barroso Fernandes, José Vicente Grulha, Manuel António Coelho, Maria Helena Sabino Salvaterra, Orlando Manuel Beldroega, Paula Cristina Pinto Martins, Paulo Dinis Nabais Arrifes, Pedro Manuel Pinto Bento, Rui Fernando Benavente Páscoa, Sílvia Cristina Gomes Soares, Sónia Cristina Ramos, Susana do Carmo Cortiçadas Picanço, Telmo Filipe Marques Caldeira e Vitalina da Conceição Roque Pires Sofio.

Estiveram ausentes desta sessão o Sr. José Carlos das Dores Zorrinho e a Sra. Sandra Cristina Esperança Matias, tendo ambos apresentado as respetivas justificações. A referida eleita foi substituída por João António Abrantes Caldeira.

Estiveram ainda presentes nesta reunião, a Sra. Presidente da Câmara Municipal, Dr.ª Hortênsia Menino, as Sras. Vereadoras Susana Mendes e Palmira Catarro e os Srs. Vereadores João Marques, Henrique Lopes. Não participou na reunião o Sr. Vereador Olímpio Galvão, tendo justificado a sua ausência.

A Sra. Presidente da Assembleia retomou a palavra para referir que sendo uma sessão extraordinária, iniciar dar de imediato início à ordem de trabalhos.

1.º. Ponto – Proposta de Regulamento Geral de Taxas e Licenças Municipais para 2015

A Sra. Presidente da Assembleia deu a palavra à Sra. Presidente da Câmara que iniciou a sua intervenção desejando um bom ano de trabalho a todos os presentes e referindo de seguida que é proposta à Assembleia que delibere manter os valores iguais aos do ano 2014, sem quaisquer alterações.

Sobre este primeiro ponto, pediu a palavra o eleito Sr. Joaquim Galvão que primeiramente afirmou que também a bancada do Partido Socialista deseja a todos um Bom Ano de 2015 e quanto ao ponto em discussão a bancada vai votar favoravelmente.

Dado não haver mais pedidos de intervenção, foi colocada à votação a proposta referente ao primeiro ponto.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

2.º. Ponto – Acordo de Pagamento com Águas Públicas do Alentejo

Relativamente a este ponto a Sra. Presidente da Câmara informou que esta proposta de Acordo visa acordar as condições entre a Câmara e as Águas Públicas do Alentejo no sentido de regularizar os pagamentos devidos quer pelo valor das tarifas, quer pelo valor dos serviços prestados, dos sistemas que integram a parceria pública com a referida empresa.

Acerca deste ponto, pediu a palavra a eleita Sra. Sónia Ramos que reiterou as felicitações de um Bom Ano de 2015, quer a nível profissional, quer a nível pessoal. Disse de seguida que esperava por parte da Câmara mais algumas explicações, pois a análise do documento, deixou-lhe diversas dúvidas, sobre que obra terá sido feita que justifique esta dívida tão elevada. Referiu ainda achar bastante estranho, que este assunto nunca antes tivesse sido falado, nas sessões de Assembleia Municipal. Acrescentou ainda que segundo a Clausula 7 do documento haverá em curso alguns processos judiciais, questionou a Câmara se assim acontece.

Em resposta às questões colocadas pela eleita pelo PSD, a Sra. Presidente da Câmara afirmou que o valor referido diz respeito aos serviços prestados pelo abastecimento de água para consumo público e aos serviços prestados nas redes de saneamento de águas residuais, que não foram pagos de acordo com a faturação emitida. Não foram pagos porque foi definida uma data para a entrada em funcionamento dos vários sistemas que a empresa está a operar, no entanto houve uma parte do sistema, (Abastecimento de Água em Alta através do sistema da Amoreira da Torre), cuja integração não se fez na data definida. A Câmara considerou então, que enquanto decorresse esse prazo de negociação, até a fixação da data para entrada em funcionamento do sistema mencionado, não havia condições para se proceder ao início dos pagamentos.

*Vlogue Sofia*

Por outro lado, disse ainda que as dificuldades no cumprimento das Lei de Compromissos e Pagamentos em atraso, também dificultaram comportar todos estes valores devido, desde Maio de 2013. Como forma de regularização destes pagamentos em atraso e para que a Câmara não entrasse em incumprimento, foi estabelecido este Acordo em discussão, que por ser um Compromisso Plurianual, tem obrigatoriamente que ser aprovado pela Assembleia.

Pedi para usar da palavra, de novo, a eleita Sra. Sónia Ramos para questionar se a dívida começa apenas a partir do início em funcionamento do Sistema da Amoreira da Torre, como atinge um valor tão elevado.

Em resposta, a Sra. Presidente da Câmara informou que desde Maio de dois mil e treze que a empresa já estava a operar, quer no sistema de Cavaleiros, Ferro da Agulha, Santiago do Escoural e os sistemas de saneamento da cidade, Santiago do Escoural, Ciborro e Lavre.

Pedi para retomar o uso da palavra a mesma eleita solicitando informação sobre que outro tipo de obra foi realizada, que justifique estes valores.

Respondendo à questão colocada, a Sra. Presidente da Câmara afirmou que estes valores são os previstos nas tarifas que decorre da aplicação do contrato de parceria e do contrato de gestão. Acrescentou ainda que, neste os investimentos previstos são a construção da ETAR de Lavre (cujo concurso para obra já foi iniciado pela AgdA) e está em curso o projeto para a construção da nova ETAR da cidade.

Pedi de novo a palavra, a eleita Sónia Ramos, porque ainda tinha dúvidas sobre que obra estava planeada e que foi realizada além do pagamento das tarifas. Questionou de novo a Câmara para saber se existem processos judiciais devido a esta falta de pagamento.

A Sra. Presidente da Câmara respondeu dizendo que não existe qualquer processo em tribunal, dado que a celebração deste Acordo visa precisamente evitar essa situação.

O investimento que irá avançar a curto prazo será a construção da Etar de Lavre e a preparação da construção da nova ETAR da Cidade. Todos os restantes investimentos serão ajustados anualmente, em função da aprovação do plano e orçamento da AgdA, mas não estão relacionados com o valor do Acordo de parceria e do acordo de gestão.

Voltou a questionar a Câmara a mesma eleita, concluindo que o valor em questão se deve apenas a tarifários. Retomou o uso da palavra a Sra. Presidente da Câmara informando que o valor tem a ver com tarifários e com a operacionalidade e manutenção das infraestruturas dos sistemas já mencionados. O valor está devidamente justificado em documentação anexa ao Acordo, a qual foi verificada e validade pelos serviços municipais.

A eleita pelo PSD, afirmou de seguida que irá votar contra, pois não dispõe de informação esclarecedora, sobre este encargo assumido pela Câmara, pelo que apresentou uma declaração de voto, a qual se transcreve de seguida:

*"A Deputada Municipal eleita pelo PSD, na Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, vem apresentar a presente Declaração de Voto, nos termos de Regimento Municipal, e com os seguintes fundamentos:*

*Considerando a ausência de informação sobre a identificação da obra realizada no âmbito da dívida contraída, e portanto o total desconhecimento da execução da obra no Concelho;*

*Considerando a ausência de menção à taxa de juro a cobrar no acordo de pagamento levado à aprovação da Assembleia Municipal, elemento fundamental a qualquer acordo ou contrato;*

*Considerando a opacidade de todo o processo negocial e contratual entre o Município de Montemor-o-Novo e as Aguas Públicas do Alentejo, SA e a total ausência de informação que, desde o início do contrato, nunca foi facultada a esta Assembleia, para acompanhamento da execução do presente contrato;*

*Considerando a menção da Clausula VII à existência de processos judiciais que incidam sobre as quantias ora objeto de acordo, o que significa que o Município de Montemor-o-Novo já é executado em um qualquer processo de execução, assumindo metade do pagamento das custas, quando poderia ter renegociado a dívida em tempo oportuno, evitando recurso a Tribunal, onerando por isso, ainda mais o Município, sendo certo que tal informação nunca foi comunicada ao órgão fiscalizador da Câmara Municipal, A Deputada Municipal eleita pelo PSD vota Contra a proposta de acordo de pagamento entre o Município de Montemor-o-Novo e AGDA – Aguas Públicas do Alentejo, SA. Por se entender que a Câmara Municipal ocultou uma dívida significativa, nunca prestou contas sobre a execução desde contrato, e nunca facultou, nem mesmo no ato de aprovação do presente acordo, a informação necessária e indispensável à tomada de posição.”*

De seguida pediu para intervir o eleito Sr. António Danado felicitando a eleita Sra. Sónia Ramos por ter sido reconduzida no cargo e também desejando um Bom Ano a todos. Acerca do assunto em discussão afirmou que cabe à Assembleia a verificação dos termos de realização do presente Acordo, se são aceitáveis ou não, cabe à Câmara a fiscalização e verificação técnica da faturação referente ao mesmo. Considera ser um bom Acordo para a Câmara, pois a taxa de juro é relativamente baixa.

Ainda para falar sobre esta proposta, pediu a palavra o eleito Sr. Joaquim Galvão salientando que, a bancada do Partido Socialista vai abster-se pois não têm dúvidas se será um bom Acordo, uma vez que não participaram na sua realização.

Não havendo mais pedidos de intervenção a Sra. Presidente da Assembleia colocou à votação o documento.

Deliberação: Aprovada por maioria com dezassete votos favoráveis dos eleitos da CDU, um voto contra da eleita pelo PSD e nove abstenções dos eleitos pelo PS e CDS.

### 3º. Ponto – Regulamento Municipal de Abastecimento de Água – Aprovação da versão final

Relativamente a este ponto a Sra. Presidente da Câmara afirmou que a obrigatoriedade da urgência de conclusão dos regulamentos, hoje em discussão, de abastecimento de água, de drenagem de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos, decorre da alteração ao enquadramento legal dos sectores das águas, saneamento e resíduos, que ocorre a nível nacional e cujo objetivo é claramente a sua privatização.

Foi ainda criada a Lei da faturação detalhada que vai entrar em vigor a partir de um de Março de dois mil e quinze, a qual obriga a uma consignação prévia de cinquenta por cento da receita da cobrança das águas, saneamento e resíduos, que deverão ser enviadas para funcionamento dos sistemas em alta. A Câmara Municipal tem ao longo dos tempos denunciado o carácter penalizador de todas estas medidas. As alterações



*169 ue Sofia*

aos diversos regulamentos visam conter as normas que consideramos devem ser alteradas ou porque estavam desatualizados do ponto de condições ou por questões não previstas nos anteriores regulamentos, mas considerando sempre as condições do ponto de vista regulamentar e rejeitando sempre que possível e até onde for possível, a perspectiva de harmonização de tarifas, de necessidade de cobertura total dos custos, cuja objetivo final é a privatização do sector e que está legitimada pela intervenção da ERSAR.

Para falar sobre este ponto, pediu a palavra o eleito Sr. Joaquim Bastos questionando a Câmara se o abastecimento de água à cidade continua a ser feito através dos lençóis freáticos ou se porventura estará previsto o abastecimento a partir da Barragem dos Minutos.

Ainda sobre o tema em debate, pediu a palavra o eleito Sr. Alexandre Pirata para falar de uma situação que ocorre quando os leitores cobradores ou porque não conseguem fazer a leitura dos contadores ou porque deixam o postal e o morador, por qualquer dificuldade, não o faz chegar aos serviços do Município, verifica-se a acumulação de 2 meses, à consequente subida de escalão, o que por vezes quadriplica o valor da dívida. Questionou a Câmara se este novo regulamento prevê algum mecanismo para resolver estas situações.

Em resposta ao eleito Sr. Joaquim Bastos, a Sra. Presidente da Câmara informou que está a decorrer o abastecimento de água em alta aqui na cidade através das Aguas Publicas do Alentejo, sendo que o que está acordado é a que empresa utilize como origem a água da Barragem dos Minutos.

Relativamente às leituras dos contadores afirmou que as mesmas estão a ser feitas mensalmente, sendo que as situações referidas pelo eleito Sr. Alexandre Pirata, foram reduzidas substancialmente, ainda assim quando ocorrem é feita uma correção, não existindo penalização para os consumidores.

Pediu de seguida a palavra a eleita Sra. Helena Sabino, sugerindo que o pagamento das faturas da água possa ser feito através de multibanco.

Logo de seguida a Sra. Presidente da Câmara agradeceu a sugestão e informou que essa situação está a ser analisada.

Não existindo mais pedidos de uso da palavra, a Sra. Presidente da Assembleia colocou à votação este ponto.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

#### 4º. Ponto – Regulamento Municipal de Drenagem de águas residuais – Aprovação da versão final

A Sra. Presidente da Câmara referiu que este documento reflete as questões específicas que têm a ver com a referida área de intervenção municipal, salientando a obrigatoriedade legal de introduzir uma tarifa que até aqui não era cobrada aos munícipes.

Não havendo pedidos para intervir sobre este assunto, foi colocada à votação a proposta respeitante ao quarto ponto da ordem de trabalhos.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

#### 5º. Ponto – Regulamento Municipal de Gestão de resíduos urbanos – Aprovação da versão final

A Sra. Presidente da Câmara informou que foi distribuída uma proposta de alteração, no que respeita ao artigo quarenta e três, que deverá ser incluída no documento previamente enviado aos eleitos, a qual foi aprovada em reunião de câmara de vinte e um de janeiro de dois mil e catorze.

Dado não haver qualquer questão, foi colocada a votação a referida proposta.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

6º. Ponto - Proposta de Protocolo de Colaboração para reinstalação de caixa multibanco

Sobre esta proposta a Sra. Presidente informou que está relacionada com o apoio a ser concedido pela Câmara Municipal à Junta de Freguesia de S. Cristóvão, para uma obra de reinstalação da caixa multibanco ou seja mudança de localização, por razões de segurança.

Foi de seguida colocada à votação a proposta, dado não haver pedidos de intervenção.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pela senhora Presidente da Assembleia encerrada a reunião eram vinte e duas horas, tendo a Assembleia deliberado por unanimidade aprovar esta ata em minuta, ao abrigo do número três do artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco, barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua atual redação.

E eu, Helena Bazilisa Rodrigues, Assistente Técnica, funcionária designada para o efeito, a redigi e subscrevo.

A Presidente da Assembleia Municipal

Profª. Vitalina Roque Sofio

A Assistente Técnica

Helena Bazilisa Rodrigues